

• **Resiliência e abrigos**
Resilience and shelters

Vânia Conselheiro Sequeira¹
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: O artigo tem por finalidade discutir o conceito de resiliência, visando o seu emprego em abrigos de crianças e adolescentes. Tem-se a informação de que algumas pessoas saem-se fortalecidas dos eventos traumáticos e outras sucumbem. Colocando esta ideia em termos científicos, a resiliência consiste na capacidade do ser humano de desenvolver habilidades de superação perante situações que lhe são adversas ou ainda diante de eventos traumáticos. Este posicionamento baseia-se nos estudos de Boris Cyrulnik, que marcou um novo direcionamento conceitual baseando-se nos resultados de sua experiência. Ele se distancia do conceito da resiliência como atributo intrínseco existente em determinadas pessoas, como algo inerente da personalidade que se expressa naturalmente, sem levar em conta o aprendizado. Priorizam-se os abrigos de crianças e adolescentes, como ambiente adverso ao contexto de uma família considerada normal. Neste sentido, o trabalho segue um novo rumo para analisar os abrigos segundo o ponto de vista da ECA, que preconiza um tratamento afetivo junto com a assistência à rotina diária dos que habitam nos abrigos. São, nessas instituições, analisados os fatores promotores e adversos no desenvolvimento da resiliência. Entrevistas efetuadas com os educadores e observações do ambiente são os instrumentos utilizados para coleta e interpretação de dados com respeito a esse conceito nesse ambiente. Como conclusão, considera-se a importância da melhoria desse contexto, partindo do treinamento dos educadores e de sua valorização como agentes indispensáveis ao oferecimento de oportunidades para a promoção da resiliência nessas instituições.

Palavras-chaves: resiliência, abrigos, educadores.

Abstract: *This article aims to discuss the concept of resilience, to its use in shelters for children and adolescents. We have information that some people emerge strengthened from the traumatic events while others succumb. Putting this idea in scientific terms, resilience is the ability of the human being to develop skills to overcome situations that are adverse or in face of traumatic events. This position is based on studies of Boris Cyrulnik, which marked a new conceptual direction based on the results of his experiment. He is far from the concept of resilience as an intrinsic attribute existing in certain people, as something inherent in the personality that is expressed naturally, without taking into account the learning. Priorities are given to shelters for children and adolescents as an adverse environment toward the context of a family considered as normal. In this sense, the work follows a new direction for analyzing the shelters under the point of view of ECA, which recommends an affective treatment with assistance to the daily routine of those living in shelters. In these institutions, promoters and adverse factors in the development of resilience are analysed. Interviews conducted with teachers and observations of the environment are the tools used for collection and interpretation of data with respect to this*

¹ Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora e Supervisora em Psicologia Jurídica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contato – Rua Prof. João Arruda, 168, ap. 122. Perdizes - São Paulo – SP - CEP 05012-000. Tel/fax: (11) 3673-1039, cel. 9309-0838. E-mail: vaniasequeira@terra.com.br .

concept in this environment. To conclude, the importance of improving this context is considered, starting with the training of educators and their valuation as indispensable agents to offer opportunities for the promotion of resilience in these institutions.

Keywords: *resilience, shelters, educators.*

1. Introdução

Este artigo foi escrito a partir da experiência profissional da autora como supervisora de estagiários em abrigos. Os alunos realizaram observações do cotidiano das instituições, principalmente das relações das crianças e/ou adolescentes entre si e com as educadoras. Além disso, observaram, quando possível, as entrevistas com esses profissionais entre si e também com assistentes sociais, psicólogos e colaboraram com o diagnóstico institucional. Propuseram projetos de intervenção, tanto com crianças e adolescentes, como também com as educadoras. Em uma das instituições conveniadas com a universidade, formaram um grupo com as educadoras, por dois anos, com encontros semanais, para discutirem a relação delas com o trabalho diretamente efetuado com as crianças e adolescentes. Fizeram registros semanais dos estágios, em forma de relatório.

A partir dessa vivência, queremos discutir o conceito de resiliência como fator de promoção de saúde e, para tanto, faremos uma discussão do conceito, com o objetivo de indicar caminhos sobre as possíveis intervenções em abrigos. A relevância deste trabalho está no esclarecimento dessa temática para os profissionais que trabalham nessas instituições, ampliando o entendimento desse conceito e dos fatores que o promovem.

2. Histórico

O conceito de *resiliência* é relativamente novo (tem cerca de 30 anos) e passou a ser utilizado em diferentes áreas do conhecimento, com diversas concepções. Inicialmente, é importante retomar o próprio conceito e apresentá-lo segundo a compreensão deste trabalho. *Um acontecimento violento na infância não precisa resultar em trauma por toda a vida*, e é esta frase que explicita a essência da discussão sobre resiliência. Esta provém da Física, referindo-se à capacidade de alguns materiais em suportar pressão ambiental e poder voltar à forma original. A partir desse conceito, os estudos psicológicos tentam compreender porque algumas pessoas saem de eventos traumáticos mais fortalecidas que outras, que não conseguem superá-los. A capacidade humana de crescer e desenvolver-se, apesar das adversidades, intriga e faz pensar. O desenvolvimento do conceito de resiliência caminha na busca de respostas a questões como esta.

Os estudos realizados nessa área demonstravam que eventos *negativos* de vida produziam atrasos no desenvolvimento humano, linha de pensamento presente no movimento da Higiene Mental, iniciado no século XX. Após a Segunda Grande Guerra, os estudos de Bowlby (1969/1984) sobre vínculo e separação, rupturas e consequências na saúde emocional merecem destaque. Mais tarde, o enfoque mudou para a compreensão de que perdas pessoais e ameaças diversas poderiam gerar problemas psiquiátricos (Lindstron, 2001).

O uso do termo *resiliência* ocorreu pela primeira vez em 1966, para descrever as forças psicológicas e biológicas necessárias para superar, com sucesso, as mudanças na vida (Pinheiro, 2004). Surgiram algumas pesquisas identificando o papel do desenvolvimento da capacidade de ser resiliente e, a partir daí, ampliou-se o horizonte da criação de estratégias de promoção de resiliência. Os principais estudos tiveram como foco compreender de que maneira crianças, adolescentes e adultos são capazes de superar adversidades, a partir dos esforços para mapear as causas e a evolução das psicopatologias.

Existem duas gerações de pesquisadores em resiliência; a primeira surgiu nos anos 70, preocupada em identificar fatores protetores, que estivessem presentes na *invulnerabilidade* ou na adaptação (Infante, 2005, p. 24). Ao que parece, o mais longo estudo desse tipo ocorreu no Havaí, onde gerações de famílias em *condições desfavoráveis* foram estudadas ao longo de quatro décadas, com o objetivo de identificar os fatores que diferenciavam os que se adaptavam *positivamente* à sociedade daqueles que apresentavam *condutas de risco* (Lindstron, 2001).

A segunda geração de pesquisadores começou a publicar pesquisas nos anos 90, e o objetivo era identificar os fatores que facilitassem o desenvolvimento da resiliência. Grotberg (2005) foi pioneira em explicar a noção dinâmica da resiliência e defendeu a ideia de três níveis diferentes de fatores: suporte social (eu tenho), habilidades (eu posso) e força interna (eu sou e eu estou). A maioria dos pesquisadores pertencentes a essa geração simpatizava com o modelo ecológico-transacional de resiliência, que consiste em o indivíduo estar imerso em uma ecologia determinada por diferentes níveis, que interagem entre si, exercendo influência direta em seu desenvolvimento: [...] *o modelo triádico de resiliência, que consiste em organizar os fatores resilientes e de risco em três grupos: os atributos individuais, os aspectos da família e as características dos ambientes sociais a que as pessoas pertencem* (Infante, 2005, p. 24).

O enfoque coletivo ou comunitário da resiliência foi uma contribuição latino-americana. Rutter (*apud* Pinheiro, 2004) rediscute o termo invulnerabilidade, afirmando que pesquisas recentes demonstram que a resiliência não é apenas de caráter individual, ou seja, além das bases constitucionais, existem também

as ambientais e o grau de resistência a adversidades varia de acordo com as circunstâncias.

O conceito de resiliência tem sido explorado e aplicado nas mais diversas áreas. Nesse sentido, Souza & Ceverny (2006) elencaram as seguintes linhas de trabalho: 1) *verificação e compreensão de características pessoais e processos de superação e confronto*; 2) *construção de instrumentos e metodologias para a avaliação da resiliência*; 3) *compreensão dos significados atribuídos à resiliência*; 4) *projetos de intervenção visando desenvolver ou fortalecer a resiliência*.

3. Considerações éticas sobre a resiliência

Segundo Junqueira & Deslandes (2003), há uma polarização das concepções presentes na discussão sobre esse conceito. A primeira oposição se dá entre o pólo de adaptação e de superação, envolvendo a discussão de riscos e adversidades (Blum, 1997). Segundo alguns autores (Cecconello & Koller, 2000 e Grotberg, 2005), resiliência é a capacidade de adaptação adquirida nas relações que estabelecem vínculos afetivos e de confiança. Assim, um indivíduo bem adaptado seria um resiliente. Já para outros (Cyrulnik, 1999), a ideia não é de adaptação, mas sim de superação, que é algo mais sofisticado, como a construção de um novo trajeto pessoal, a partir de uma elaboração que marca a pessoa, mas não a impede de seguir o seu desenvolvimento. Outra polarização aparece na oposição entre o inato e o adquirido. Seria a resiliência proveniente de características pessoais dos indivíduos, que os levaria a lidar melhor com as adversidades? Ou seria proveniente do ambiente e das relações que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida? Por último, temos a polêmica entre o permanente e o circunstancial. A resiliência seria um processo ou algo conquistado, fixo, estável e estabelecido? Para Cyrulnik, não é um processo estanque, nem linear, porque podemos encontrar diferentes respostas do mesmo indivíduo em diversos momentos da vida, algumas mais saudáveis, outras menos, e nem por isso a pessoa deixaria de ser resiliente.

Essa discussão envolve tanto posições teóricas a respeito da construção da subjetividade e dos processos sociais, quanto às questões éticas, porque, dependendo da concepção com a qual trabalhamos, podemos contribuir para a manutenção de situações de violência social ou intrafamiliar. Se defendermos que a resiliência é uma capacidade do indivíduo de lidar melhor com situações traumáticas, podemos cair no engodo de culpabilizar aqueles indivíduos que não são fortes o suficiente para fazerem essa elaboração sozinhos; ou então, podemos defender intervenções centradas apenas nos indivíduos, quando a questão da violência (geralmente considerada um evento traumático) é complexa e merece estratégias de resistências mais eficazes.

Segundo o Laboratório de Estudos da Criança - USP (LACRI, 2007), entre 1996 e 2007, tivemos 159.754 casos notificados de violência intrafamiliar no País: em 2007, 46,3% dos casos eram de situações de negligência; 25,1%, de violência física; 19,5%, de violência psicológica; e 9%, de violência sexual. Por trás da violência que ocorre dentro da família, sabemos que existem fatores sociais, tais como desemprego, falta de condições mínimas de moradia, alimentação e saúde, a impossibilidade de desenvolver melhores cuidados com os filhos, por falta de orientação e de desenvolvimento pessoal por processos de educação. Chamamos a atenção para esse aspecto ético porque achamos perigoso quando um conceito entra na moda e sabemos que a resiliência não foge à regra, atualmente, sendo discutido em diferentes áreas: educação, recursos humanos, treinamentos, entre outros. Sabemos do perigo de se incentivar uma *ideologia dos mais aptos* (Beresin & Reinoso, 2006), em detrimento da construção de políticas públicas efetivas de proteção à criança e ao adolescente. No entanto, a autora do presente texto tem experiência na área social, especialmente em projetos de intervenção, inclusive na construção de políticas públicas e por isso defende um olhar crítico para o conceito, a partir da práxis, mas sem retirar suas potencialidades como instrumento norteador de possíveis intervenções com crianças e adolescentes.

Tentaremos não fazer uso ingênuo desse conceito, nem acreditamos que ele, por si só, resolverá os problemas da rede de atendimento às crianças e adolescentes do País, mas ao trabalhar com essas pessoas quando abrigadas/institucionalizadas, descobrimos um potencial e queremos investir em ações que fortaleçam as possibilidades de um desenvolvimento pleno daqueles que ali se albergam.

Como defendem Junqueira & Deslandes (2003), se a resiliência for compreendida como algo que pode ser desenvolvido a partir de relações de confiança e apoio, o foco do trabalho vai para a promoção e prevenção e não fica restrito aos cuidados paliativos, após as situações traumáticas. Essas autoras propõem ações para os diferentes níveis de prevenção. A prevenção primária poderia ser composta por trabalhos que aumentassem o diálogo e a tolerância intrafamiliar, assim como o desenvolvimento de auto-estima em crianças e adolescentes. A prevenção secundária ofereceria, à família e à pessoa envolvida, apoio para desvelar e interromper o ciclo de violência. A terciária englobaria as formas de ajuda à família e ao membro que sofreu a violência, buscando a prevenção de consequências mais desastrosas. Assim como as referidas autoras, acreditamos em ações que possam minimizar as situações de violência intrafamiliar, mas gostaríamos de ampliar essa discussão sobre prevenção e promoção da saúde para o âmbito institucional, especialmente para os abrigos.

O abrigo como medida de proteção merece cuidado já que envolve pelo menos 20 mil crianças e adolescentes abrigados no País (Ipea, 2005). Quem tem contato cotidianamente com abrigos sabe que há uma distância enorme entre os princípios preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) e a realidade cotidiana vivenciada pelos abrigados. Entendemos que a defesa dos direitos da criança e do adolescente é uma preocupação do trabalhador na área social com instâncias de intervenções bem diferentes: promoção de políticas públicas e sociais de garantia de direitos, trabalhos preventivos, intervenções centradas no indivíduo, no grupo familiar e/ou na instituição. Nossa proposta, neste artigo, é aplicar o conceito de resiliência na promoção de saúde de crianças e adolescentes abrigados.

4. Resiliência - definição a partir de Boris Cyrulnik

Nosso estudo sobre resiliência se dá a partir da obra de Boris Cyrulnik, que é um importante pesquisador deste conceito, na França. Ele tem uma longa trajetória como etólogo, neuropsiquiatra e psicanalista. É chefe da Clínica do Apego, na Universidade de Tolon, e presidente do *Observatoire International de la Résilience*. Para Cyrulnik, a resiliência é um processo de superação, um modo de subjetivação, que se dá no encontro com o outro, resultado da interação de fatores pessoais, institucionais e/ou do contexto social. É uma tessitura, a partir do vínculo e do processo de significação. É o resultado da interação entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos, no decorrer da vida, e os chamados fatores de proteção na família e no meio social.

(...) Trata-se de um processo, de um conjunto de fenômenos harmonizados em que o sujeito se esgueira para dentro de um contexto afetivo, social e cultural. A resiliência é a arte de navegar nas torrentes. Um trauma empurrou um sujeito em uma direção que ele gostaria de não tomar. Mas, uma vez que caiu numa correnteza que o faz rolar e o carrega para uma cascata de ferimentos, o resiliente deve apelar aos recursos internos impregnados em sua memória, deve brigar para não se deixar arrastar pela inclinação natural dos traumatismos que o fazem navegar aos trambolhões, de golpe em golpe, até o momento em que uma mão estendida lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural que lhe permita a superação. (Cyrulnik, 2004, p. 207)

A resiliência é um processo, uma transformação da pessoa que, de ato em ato, e de palavra em palavra, inscreve seu desenvolvimento em um meio e

escreve sua história numa cultura. É uma construção: *Não somos mais ou menos resilientes, como se tivéssemos um catálogo de qualidades: a inteligência inata, a resistência ao mal ou à molécula do humor.* (Cyrulnik, 2004, p. 208). Não é pura adaptação, porque é mais que o simples retorno ao estado anterior à situação traumática; é a possibilidade de a pessoa construir novos caminhos em sua vida. É a retomada de um desenvolvimento, a partir da ruptura, com a construção de novas formas de subjetivação. Não se trata, portanto, de esquecer ou de subestimar o evento traumático, mas a partir dele, refazer-se a si mesmo.

Outro conceito muito associado à discussão do conceito de resiliência é o de trauma. A palavra trauma vem do grego: ferida e deriva de furar, que designa ferida com *efracção* cutânea (Laplanche & Pontalis, 1967/1986, p.676). Aparece na obra Freudiana com a descoberta da histeria (1895/1995), e o evento traumático estaria ligado à sedução que a criança sofreu. Logo depois, Freud abandona a teoria da sedução e a fantasia toma o lugar do ato. O termo sofre modificações, que não serão aprofundadas neste momento, por não ser esse o objeto deste artigo. Em 1920, em *Além do Princípio do Prazer*, Freud o descreve como uma excessiva excitação que destrói o funcionamento do princípio de prazer, algo que ameaça a integridade do sujeito.

É frequente encontrarmos um acontecimento traumático na história de vida do resiliente, um acontecimento brutal, uma violência que derruba a pessoa e a lança ao chão, sem nenhuma sustentação. O acontecimento traumático se impõe e desorienta. Quando ele ocorre, dilacera o sujeito, que perde a noção de quem é. O acontecimento traumático é um golpe que rompe do meio, mas só se pode falar em traumatismo, depois da representação interna desse acontecimento. O primeiro golpe vem do real, provoca a dor do ferimento ou a dilaceração da falta, mas o segundo golpe vem da representação do real, que faz surgir o sofrimento de ter sido humilhado, abandonado, violentado (Cyrulnik, 2004, p.4). Temos um acontecimento brutal e a sua representação para o sujeito; portanto, é possível pensar na construção dessa representação.

É fundamental dar sustentação ao sujeito, para que ele possa simbolizar a experiência; sendo esta um processo que se dá a partir do olhar do outro, da relação com o outro e por isso os vínculos afetivos são importantes. Dar sentido à experiência é poder sair da confusão, que é regra do trauma. Para existir a resiliência, é preciso um ambiente estável e a possibilidade de construção do sentido. Sem vínculos e sem história, como nos tornamos nós mesmos?

A elaboração do processo de resiliência externa deve ser contínua em torno da criança ferida. Seu acolhimento após a agressão constitui a primeira malha necessária, e não necessariamente verbal, para reatar o vínculo após o ferimento. A segunda malha, mais tardia, exige que as

famílias e as instituições ofereçam à criança lugares em que ela produza suas representações do traumatismo. A terceira malha, social e cultural, se elabora quando a sociedade oferece a essas crianças a possibilidade de se socializar. Só resta então tecer sua resiliência durante o resto de sua vida. (Cyrulnik, 2004, p.152)

Ações ao redor da criança ou do adolescente que vivenciaram situações de violência são fundamentais porque delas dependem a elaboração da experiência traumática. Sabemos que é difícil falar com exatidão sobre fatores promotores de resiliência, já que em cada caso o fator de resiliência pode ser específico, mas já existem pesquisas que nos auxiliam a pensar em alguns eixos para essas ações (Assis, Pesce & Avanci, 2006 e Dalbem & Dell'Aglio, 2008).

Os fatores de resiliência geralmente são divididos em pessoais, ambientais ou sociais. As características pessoais podem ser desenvolvidas por meio das relações interpessoais, de atividades educativas e culturais ou pela psicoterapia. Os fatores ambientais remetem a condições que possam favorecer o desenvolvimento pleno do sujeito. No âmbito social, seria necessária a garantia de laços dessa natureza, uma sustentação simbólica que desse lugar aos sujeitos de uma comunidade, que incentivasse suas potencialidades, lugar esse não marcado pela *exclusão* ou pela *inclusão perversa*, ou seja, por uma inclusão pelo não lugar, pela borda, por exemplo, no caso dos meninos da periferia captados pelo tráfico.

Cyrulnik (2005) defende que podemos promover ações que auxiliem o traumatizado a se apropriar da experiência e a poder expressá-la de forma a construir outras possibilidades relacionais e não se manter preso à cena estressora. Propiciar um encontro, que dê sentido à experiência e a continuar vivendo, pode ser um fator marcante e transformador para a pessoa.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) realizou publicações defendendo a promoção de resiliência em crianças e adolescentes. Os pontos principais dos programas de intervenção estão baseados no modelo nomeado PCAP (*People, Contributions, Activities, Place*) que busca elencar pontos de apoio para a intervenção. Em primeiro lugar, as pessoas que estão em contato com a criança servem de referência e de apoio, devendo estar efetivamente comprometidas com o seu desenvolvimento. As atividades oferecidas a ela devem privilegiar sua autonomia, o desenvolvimento de sua capacidade de ação no mundo e sua autoconfiança. Sempre que possível deve-se estender o contato da criança com um maior número de pessoas; envolver a família, amigos, professores e a comunidade nos cuidados com ela. Oferecer espaços de sua

interação com outras pessoas, desde agrupamento com seus pares até projetos na comunidade (Munist *et al*, 1998).

5. O ECA e os abrigos

O abrigo tem uma função psicossocial mais ampla, que não deve ser pautada apenas por garantir a sobrevivência dos que são assistidos por ele; é preciso conseguir que a criança, seja qual for o motivo do abrigamento, possa continuar seu pleno desenvolvimento. Uma criança limpa, alimentada e cuidada ficará bem imediatamente, mas de nada adiantará se o que for dado não for significativo, não lhe nutrir afetivamente (Cyrunik, 1995). O abrigo precisa ser um ambiente seguro e não violento, estimular a autonomia do internado, permitir que ele entenda o que lhe está acontecendo sem se sobrepor à família, nem achar que é substituto dela, mas incentivar novas relações e vínculos afetivos.

A retirada da criança ou de um adolescente da situação de violência é por si só medida de proteção. Pode-se tornar outro evento traumático, ao colocá-la em situação de isolamento afetivo e numa rotina massificadora. A restrição afetiva é uma situação de privação que pode ser devastadora porque impede a produção de sentido.

(...) conservo a lembrança aterrorizante de crianças com a cabeça raspada, imóveis e mudas atrás das grades da instituição suntuosa onde estavam encerradas. Depois de terem sido maltratadas pelos seus pais, continuavam a ser maltratadas pela sociedade que as havia afastado para protegê-las, e depois isolado em um castelo com um grande parque, onde ninguém vinha visitá-las. Habitadas a receber apenas ameaças, reagem até às ordens simples com tentativas de agressão contra os adultos. A relação havia sido completamente pervertida, porque os adultos, sentindo-se eles próprios ameaçados pelas crianças, alternavam, exatamente como elas, vigilância fria e explosões de raiva. (Cyrunik, 2005, p.28)

Os abrigos ainda são instituições violentas, depois do ECA, não são mais aqueles grandes orfanatos com quartos com cem crianças, cujo tratamento era massificado e austero, mas ainda encontramos essas marcas da história de atendimento à criança nas instituições atuais. O ECA foi promulgado em 1990, o que em termos de história é muito recente. Encontramos avanços significativos, mas ainda temos muito a construir para solidificar o que preconiza o estatuto. A violência que atualmente encontramos nos abrigos raramente é física e concreta, embora isso ainda aconteça; ela é mais sutil, observada principalmente no campo

das relações. Podemos observar, por exemplo, uma postura de indiferença com o que a criança está falando, atuando ou sentindo. Ou então, podemos notar, nas falas dos educadores sobre as crianças, a representação delas como *dejetos sociais*, cujo futuro será a Fundação Casa (antiga FEBEM - Fundação do Bem-Estar do Menor). Uma criança ou adolescente, ao ser rotulado dessa maneira, poderá aprender a relacionar-se, partindo de um não lugar, de uma desvalorização de si, que refletirá na construção de sua identidade (Cyrulnik, 2006, p. 60). A violência sempre se mantém onde há silêncio sobre ela; portanto, cabe a todos os agentes sociais, ligados de alguma maneira às instituições de atendimento a crianças e jovens, o dever de romper com esse silêncio. Não estamos nos referindo apenas às situações dignas de denúncia; estamos alertando sobre a violência cotidiana das relações humanas, violência nem sempre clara, explícita, nem sempre palpável, mas de fácil percepção ao profissional atento, que deve investir em ações que propiciem outras formas de manifestação e elaboração do sofrimento humano, que não resulte necessariamente na violência contra o outro.

Também percebemos, nos abrigos, uma cultura institucional de negação do que ocorre com a criança abrigada, como se essa instituição fosse a grande protetora, que tudo dá, e a criança um ser ingrato e incapaz de retribuir tudo o que recebe. Isso merece reflexão porque remete novamente ao lugar em que a criança ou adolescente é colocado. Há uma negação de sua história antes do abrigo, das situações de violência, negligência ou abandono que ele carrega. É como se o abrigado fosse uma página em branco, sem história, sem marcas. Há uma expectativa de que ela deverá se comportar direitinho, não quebrar os brinquedos, não responder, não bater nos novos amiguinhos, não falar palavrões; enfim, de que ela não expresse nada do que estiver sentindo e que aceite passivamente seu novo lugar. Alguns abrigos ainda têm o sistema de usar números para identificar objetos e roupas da criança, o que explicita essa massificação. Aplicar a medida de proteção deve envolver, além das condições físicas adequadas, a criação de um ambiente de fato protetor. Isso pode parecer utópico, mas alguns abrigos conseguem atingir esse objetivo.

No ano de 2005, fizemos o acompanhamento de um caso de abuso sexual por parte do padrasto a uma criança de nove anos. Fomos chamados à escola e ao escutar essa criança, pudemos sustentar a denúncia, porque em seu corpo havia esperma, o que permitiria facilmente a comprovação da violência. A criança nos agradeceu, tanto por ter sido escutada, quanto por poder dormir a noite inteira, brincar e fazer sua lição de casa sossegadamente no abrigo. Essa criança nos ensinou o quanto o abrigo pode ser, de fato, uma medida de proteção (Werneck & Sequeira, 2006).

6. Fatores promotores e adversos ao desenvolvimento da resiliência em abrigos

O abrigo, por definição, é lugar de acolhimento, inclusive entendido como provisório, conforme o ECA. Como transformar o abrigo em um lugar acolhedor?

Um lugar pode ser definido como acolhedor a partir de manifestações de afeto, do estabelecimento de relações verdadeiras e não estereotipadas entre os seus membros. O ambiente deve propiciar que as pessoas possam conversar, trocar experiências, contar histórias, estabelecer contatos por meio de gestos e palavras que possibilitem dar sentido ao que acontece ali. As práticas domésticas podem ser compartilhadas, não precisam necessariamente ser vivenciadas rigidamente, como em um quartel militar, mas de forma a incentivar a cooperação e a contribuição de todos para o bem-estar coletivo. Os papéis devem ser bem definidos entre as pessoas, para que possa existir liberdade de expressão e respeito.

Podemos ilustrar essa ideia de lugar acolhedor com uma experiência prática. Acompanhamos uma educadora que transformou a fila de crianças querendo jantar logo para sair correndo para brincar no pátio em um momento de conversa, compartilhando suas experiências, narrando sua vida e partilhando com as crianças sua história pessoal. Ela trouxe uma foto sua de infância, da época em que morava em uma casa de madeira e pedia dinheiro na rua para poder comer e contou para as crianças sobre a morte de sua mãe, a pobreza de sua avó, o afeto por sua madrinha, que resolveu adotá-la, e os caminhos de sua vida depois disso. As crianças nem quiseram sair correndo para o pátio após o jantar; a conversa interessou mais que as brincadeiras infantis; elas participaram muito, perguntando sobre diversos detalhes e ficaram bastante surpresas com a revelação de que a educadora já havia vivido uma situação próxima a delas e que pôde continuar sua vida. Depois dessa experiência, o contato da educadora com as crianças melhorou significativamente.

Nas histórias de vida dos resilientes, encontramos pessoas que foram referências, muitas vezes professores, que possibilitaram a construção de uma relação com valor de referência afetiva. O encontro poderá até ser mudo, mas será carregado de sentido se o professor conseguir olhar aquela criança em suas potencialidades e não apenas a partir de um rótulo que pode esmagar o desenvolvimento dela. O professor pode nem tocar no assunto referente à dor da criança, mas, ao incentivá-la nas atividades diárias e ao acreditar em sua capacidade, pode levá-la a uma transformação. Cyrulnik (2005) usa o termo tutores de resiliência para designar esses tutores afetivos e promotores de desenvolvimento.

É comum, nos abrigos, que isso ocorra aleatoriamente, ou seja, alguém se encanta com uma criança, pela graça de seu sorriso, seus olhos ou cabelos, enfim por alguma característica qualquer e lhe oferece apoio afetivo espontâneo e genuíno; mas raramente pudemos ver educadores percebendo que eles tinham uma importância na vida afetiva dos abrigados. Pelo contrário, escutamos cotidianamente educadores reclamando que as crianças e jovens não os respeitam, que não vão se apegar a elas porque elas vão embora mesmo, *então nem vale a pena sofrer...* (sic). Curioso ver a fragilidade emocional dos educadores que trabalham em abrigos, lidando justamente com abandono, perdas, rupturas, violência e não suportando a possibilidade de serem *abandonados* pelas crianças.

Ao observarmos diferentes abrigos, podemos perceber que ainda temos instituições com o modelo anterior ao ECA. Geralmente são maiores, com rotinas padronizadas, atividades diversas ocorrendo dentro da instituição, ou seja, a criança ou adolescente são isolados da comunidade, com educadoras que trabalham em esquema de plantão de 12/36, numa rotina quase fabril. No entanto, também encontramos experiências inovadoras, abrigos com rotina de casa, com um número menor de crianças, que desenvolvem um trabalho específico para cada uma delas e grupo de irmãos, com evidente afetividade nas relações, passando por zonas de tensão, o que não é um problema, pelo contrário, é a possibilidade de expressão dos conflitos.

Podemos salientar que existem fatores promotores, isto é, condições que podem deixar o terreno fértil para o desenvolvimento da criança. Flach (1991) discute ambientes facilitadores de resiliência, que teriam regras e funcionamento coerentes e flexíveis, respeito, reconhecimento, garantia de privacidade, tolerância às mudanças, limites claros, empatia, comunicação aberta, tolerância aos conflitos, sentimento de comunidade. Nos abrigos, isso acontece quando existe a possibilidade de a criança ou adolescente estabelecer relações afetivas com os adultos que cuidam dela(e) e com seus pares; quando há valorização e ela(e) é incentivada(o) a agir, a interagir com o meio, a buscar soluções para seus problemas e desafios a serem superados; quando existem atividades culturais que promovam o desenvolvimento de um repertório de expressão; e, principalmente, quando ela(e) é incentivada(o) a fazer planos para o seu futuro, a passar por sonhos e a construir caminhos para realizá-los.

Assis, Pesce e Avanci (2006), em pesquisa realizada com adolescentes moradores do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, observaram que os resilientes não hesitam quanto ao apoio que podem vir a receber e enumeram uma série de pessoas com as quais podem contar. Sujeitos resilientes referem-se às suas amigas de modo entusiasmado, enquanto os menos resilientes têm um círculo de amigas reservado, marcado pela timidez e vergonha em relacionar-se. As relações de amizade construídas pelos

adolescentes contribuem para sua competência social; pois, favorecem a aquisição de habilidades que propiciam a socialização e o desenvolvimento cognitivo e emocional. Além disso, favorecem a capacidade de enfrentar positivamente as transformações do ambiente. As relações sociais são facilitadoras do processo promotor da resiliência, por possibilitarem suporte afetivo e prático aos jovens e crianças institucionalizadas.

Transformar a dor em arte é um dom comum entre pessoas que aprendem a sublimar o sofrimento de forma reparadora. Arte e humor são considerados uma das mais eficientes causas de resiliência (Assis, Pesce & Avanci, 2006).

Existem também fatores adversos à promoção da resiliência.

Na pesquisa de Assis, Pesce & Avanci (2006), os adolescentes que se consideraram incapazes de superar adversidades demonstraram insegurança em sua fala, negaram o apoio familiar e social, afirmaram que se sentem não integrados aos grupos, classificaram-se como “mais ou menos” em relação a habilidades para estudos e/ou esportes, e alegaram não possuir objetivos de vida.

O abalo psicológico sobre a pessoa varia de acordo com o momento de vida e com o apoio que ela recebe do ambiente. A fase do desenvolvimento em que a pessoa se encontra também interfere, pois seus recursos para lidar com a situação podem variar. A antissociabilidade, comum na juventude, pode ser crucial no desenvolvimento da resiliência.

Podem ser descritos tipos de adversidades que uma pessoa pode encontrar: desigualdade social, perda dos pais e irmãos, problemas de saúde na família, brigas e separações dos pais, violência doméstica, afastamento de amigos ou namorados e violência urbana (Assis, Pesce & Avanci, 2006).

Existem ambientes que dificultam o pleno desenvolvimento, por exemplo, quando os adultos cuidadores agem sem expressão afetiva, com indiferença ou desdém pelas crianças e adolescentes; quando há situações constantes de omissão dos adultos nos conflitos cotidianos entre eles; quando o ambiente é hostil, agressivo e o clima institucional é ostensivo; quando há excessiva ociosidade das crianças, que ficam horas na frente da televisão, que podem faltar à escola sem que lhes seja questionado o motivo ou sem que sejam apontadas às consequências dentro de uma perspectiva de futuro. De modo geral, a indiferença dos educadores pode ser o fator adverso mais intenso para o desenvolvimento da capacidade de superação.

Marin (1999) pesquisou a formação da identidade de crianças e jovens institucionalizados. A autora afirma que a perda, a falta e a separação não são, em si, um problema para a formação de identidade, são acontecimentos que, sem dúvida, influenciam sua formação. O determinante para esse comportamento é a possibilidade de simbolização dessas vivências. Portanto,

permitir que o institucionalizado questione sua origem, fale de seu abandono, entenda quem, no momento, oferece proteção e apoio e, ao mesmo tempo, proporcionar limites e sustentação, tudo isso junto pode possibilitar o desenvolvimento de um sujeito autônomo, de um sujeito capaz de lidar com sua história.

A instituição pode ser um lugar alternativo para o processo de identificação, desde que não se camufle como uma falsa família. É função dos abrigos, quando a família não tem condições de ficar com seus filhos, oferecer proteção, acolhimento, colocar-se como um espaço para que os institucionalizados possam se desenvolver plenamente, encontrando um suporte adequado ao desenvolvimento bio-psico-social (Marin, 1999).

É fundamental que o adulto possa ofertar confiança ao jovem. Em diversas situações, deve ser capaz de explicar-lhe o que se passou e, por meio das palavras, procurar descobrir o que faz a criança ou jovem sofrer, oferecendo palavras como forma de conforto. A compreensão do adulto reconcilia a criança com seu sofrimento, sua raiva, sua dor. Auxiliada por esse adulto, que não se opõe, a priori, ao que ela deseja, mas que, ao contrário, orienta e acolhe; a criança deixa o sentimento de impotência e passa a ter confiança em si.

A garantia de um espaço próprio, da diferenciação entre o que é meu e o que é do outro, da definição de papéis e das regras, permite uma referência pessoal à criança, que lhe possibilitará encontrar seus próprios parâmetros e se colocar como sujeito ativo em seu meio. Esse espaço próprio, que possibilite uma vivência de unicidade, é algo que não aparece nos abrigos. É possível notar que existe um movimento que se repete em diferentes instituições, tanto no que diz respeito ao cotidiano metódico das crianças, quanto à rotina de trabalho das educadoras, no sentido da massificação.

7. Conclusão

Deduz-se que a resiliência é um fenômeno de fortalecimento psicossocial passível de ser desenvolvido pela educação formal e informal. O educador é a peça-chave nessa promoção, em especial nas situações em que os familiares não estão presentes, como acontece nos abrigos. Ali, o educador tem acesso a uma série de experiências específicas, como acompanhar as vicissitudes do abrigo, identificar situações de sofrimentos e outras reações no gênero que experimentam os abrigados. Este profissional é o principal trabalhador dentro das condições de abrigo que pode apoiar a criança ou o jovem na melhor forma de lidar com problemas como os já citados.

De tais considerações, deriva a necessidade de promover os educadores mediante projetos de aprimoramento, partindo de sua valorização e da

reinsignificação do seu papel junto aos abrigados, tendo em vista um trabalho de promoção de ambos, educador e os hóspedes dessas instituições.

Entendemos ser fundamental iniciar esse processo de valorização de ambos, pela valorização do seu meritório trabalho, conduzido por vínculos afetivos e de autoestima de ambos, educador e abrigados.

Referências

- Assis, S. G.; Pesce, R. P & Avanci, J. Q. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Beresin, A. & Reinoso, G.G. (2006). Resiliência: ou a seleção dos mais aptos: ideologia e prática do agente. *Anais IV Encontro Estados Gerais da Psicanálise*. Recuperado em 10 de outubro de 2008 de: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/ES/trabalhos/Gilou_Garcia_Reinoso_y_Ana_Berezin.pdf.
- Blum, R.W. (1997). Risco e resiliência: sumário para desenvolvimento de um programa. *Revista Adolescência Latino-Americana*, 1, (1) p. 16-19. Recuperado em 22 de março de 2009 de http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71301997000100004&lng=pt&nrm=iso .
- Bowlby, J. (1969/1984) *Apego - Apego e Perda*, São Paulo, Ed., Martins Fontes.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990.
- Ceconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 71-93.
- Cyrulnik, B. (1995). *Os alimentos do afeto*. São Paulo: Ática.
- Cyrulnik, B. (1999). *Um merveilleux malher*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Cyrulnik, B. (2004). *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2005). *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2006). *Falar de amor à beira do abismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dalbem, J. X. & Dell’Aglío, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 1, pp. 33-40 jan./mar.
- Flash, F. (1991). *Resiliência: A arte de ser flexível*. São Paulo: Saraiva.
- Freud, S. (1895/1995). Estudos sobre a histeria. *Obras Completas de Sigmund Freud*. ESB.. Rio de Janeiro, 2ª edição, 1995, vol. II.
- Freud, S. (1920/1995). Além do princípio do prazer. *Obras Completas de Sigmund Freud*. ESB. Rio de Janeiro, 2ª edição, vol. XVIII.

- Grotberg, E. H. (2005). Introdução: novas tendências em resiliência. Em Melillo, A.; Ojeda, E. N. S. (Org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. Em Melillo, A.; Ojeda, E. N. S. (Org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.
- Ipea (2005). *Direito à convivência familiar - os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Recuperado em 01 de agosto de 2008 de: www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar/_capit2.pdf.
- Junqueira, M.F.P. da S. & Deslandes, S.F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cad. Saúde Pública*, 19, (1), 227-235.
- Lacri-USP. (2007). Pesquisando a violência doméstica contra criança e adolescente: a ponta do iceberg. *Laboratório de Estudos da Criança*. Recuperado em 15 de fevereiro de 2009 de: www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm.
- Laplanche, J.; Pontalis, J.B. (1967/1986) *Vocabulário da Psicanálise*. 9ª. edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Lindstrom, B.(2001). O significado de resiliência. *Adolesc. Latinoam. [online]*. abr., vol.2, no.3 [citado 28 Enero 2009], p.133-137. Recuperado em 18 de fevereiro de 2009 de http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300006&lng=es&nrm=iso.
- Marin, I. S. K. (1999) *Febem, família e identidade: O lugar do outro*. São Paulo: Editora Escuta.
- Munist, M., Santos, H., Kotliarenco, M. A., Ojeda, E. N. S., Infante, F. & Grotberg, E. (1998) Manual de identificación y promoción de La resiliencia en niños y adolescentes. Washington: Organización Panamericana de Salud. Recuperado em 10 de março de 2009 de www.paho.org/spanish/hpp/hpf/adol/Resilman.pdf.
- Pinheiro, D.P.N. (2004) Resiliência em discussão. *Psicol. estud.*, Maringá, v.9, n.1, PP. 65-75.
- Souza, M. T. S & Ceverny, C. M. (2006). O Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Vol. 40, Num. 1 pp. 119-126. Recuperado em 18 de março de 2008 de <http://www.psicorip.org>.
- Wernecke, P.R. & Sequeira, V.C. (2006). O abuso sexual e a criança: o caso João e Maria. *Boletim de Iniciação Científica em Psicologia*. Universidade Presbiteriana Mackenzie. N.6. Recuperado em 02 de fevereiro de 2009 de www4.mackenzie.br/5133.html.

Recebido em: 28/07/2008 / Aceito em: 13/03/2009.